

## ASPECTOS ESTÉTICOS E POLÍTICOS DA EDUCAÇÃO ESTÉTICA DO HOMEM DE SCHILLER

*Aesthetic and political aspects of Schiller's Aesthetic Education of Man.*

*Aspectos estéticos y políticos de la Educación Estética del Hombre de Schiller.*

Joao Caetano Linhares<sup>1</sup>

Bartolomeu dos Santos Costa<sup>2</sup>

**Resumo:** Este artigo busca identificar e discorrer sobre elementos que permitem apontar *A Educação Estética do Homem*, de Friedrich Schiller, para além de somente um ensaio sobre a Estética, mas também um manifesto político. Para esse objetivo, recorreu-se à revisão bibliográfica da própria obra citada acima: Schiller (2002), e outras como Barbosa (2004); Gadamer (1997); Gadamer (2002), bem como, a alguns artigos que tratam do tema em questão. À guisa de conclusão, a partir do pressuposto de que há a necessidade da contextualização histórica para a compreensão e interpretação de um texto, e do conceito de Fusão de Horizontes, de Gadamer, percebe-se que a obra enseja dar algumas respostas no sentido de resolver teoricamente os problemas políticos e sociais resultantes dos ideais iluministas e, por conseguinte, da Revolução Francesa. Desse modo, configurando-se, também, como um manifesto político do autor como resposta às suas insatisfações frente aos acontecimentos político-sociais do seu tempo.

**Palavras-Chave:** Educação Estética. Política. Schiller.

**Abstract:** This article seeks to identify and discuss elements that allow Friedrich Schiller's *The Aesthetic Education of Man* to be seen as more than just an essay on aesthetics, but also a political manifesto. In order to achieve this goal, we used a bibliographical review of the work mentioned above: Schiller (2002), and others such as Barbosa (2004); Gadamer (1997); Gadamer (2002), as well as some articles dealing with the subject in question. By way of conclusion, based on the assumption that there is a need for historical contextualization in order to understand and interpret a text, and Gadamer's concept of Fusion of Horizons, we can see that the work provides some answers

<sup>1</sup>Graduado em Licenciatura Plena em Filosofia pela Universidade Federal do Piauí (2008). Mestre em Filosofia pelo programa de Mestrado em Ética e Epistemologia da Universidade Federal do Piauí (2011). Doutor pela Universidade Federal de Santa Maria com estágio doutoral na Freie Universität Berlin/Alemanha sob supervisão do professor Georg Bertram. Atualmente é professor Associado I, com Dedicção Exclusiva na Universidade Federal do Maranhão: Centro de Ciências de Bacabal.

<sup>2</sup> Possui graduação em Ciências Humanas-Sociologia pela Universidade Federal do Maranhão-Bacabal (2023). Especialização em Metodologia do Ensino de Filosofia e Sociologia pela Faculdade de Ensino de Minas Gerais. Mestrando em Filosofia pela Universidade Federal do Maranhão.

in the sense of theoretically resolving the political and social problems resulting from Enlightenment ideals and, consequently, the French Revolution. In this way, it is also configured as a political manifesto by the author in response to his dissatisfaction with the political and social events of his time.

**Keywords:** Aesthetic Education. Political. Schiller.

---

**Resumen:** Este artículo busca identificar y analizar los elementos que permiten que *La educación estética del hombre* de Friedrich Schiller se considere más que un simple ensayo sobre estética, sino también un manifiesto político. Para ello, se realizó una revisión bibliográfica de las obras mencionadas: Schiller (2002), y otras como Barbosa (2004); Gadamer (1997); Gadamer (2002), así como de algunos artículos que abordan el tema en cuestión. En conclusión, partiendo de la premisa de que la contextualización histórica es necesaria para comprender e interpretar un texto, y del concepto de Gadamer de Fusión de Horizontes, podemos observar que la obra ofrece respuestas teóricas a los problemas políticos y sociales derivados de los ideales de la Ilustración y, en consecuencia, de la Revolución Francesa. De esta manera, también se configura como un manifiesto político del autor en respuesta a su insatisfacción con los acontecimientos políticos y sociales de su época.

**Palabras clave:** Educación estética. Política. Schiller.

---

## INTRODUÇÃO

Para a discussão desse trabalho e tentativa de confirmação da hipótese, a saber, de que, para além de um texto sobre a Estética e o Belo, a “Educação Estética do Homem”, de Friedrich Schiller, é também um manifesto político, recorreu-se a um exercício hermenêutico e à utilização do conceito de Fusão de Horizontes de Hans-Georg Gadamer. Preferiu-se não complexificar a discussão neste trabalho com o uso de mais conceitos e estender a discussão neste momento, pelo motivo de que a pesquisa ainda está em andamento e, portanto, tem muito a ser analisado e dissertado.

O contexto histórico em que Schiller escreve seu conjunto de cartas sobre a educação estética do homem é o século XVIII, um momento em que o Iluminismo trazia altas expectativas e esperança de liberdade da opressão dos dogmas religiosos e do poder político do absolutismo. A ideia de uma liberdade obtida através da razão causou uma significativa empolgação aos teóricos da época, tais como Rousseau, Voltaire e Montesquieu, bem como ao nosso autor, uma vez que o movimento iluminista se iniciou na França, mas tomou toda a Europa, chegando na Alemanha. De acordo com Schiller,

[...] O homem despertou de sua longa indolência e ilusão, com forte maioria de votos exige a restituição de seus direitos inalienáveis. [...] Naqueles dias, o belo despertar das forças espirituais, os sentidos e o espírito não tinham ainda domínio rigorosamente separados; a discórdia não havia incitado ainda a divisão belicosa e a divisão das fronteiras. [...] Por mais alto que a razão se elevasse, trazia sempre consigo, amorosa, a matéria, e por fina e rente que a cortasse, nunca a mutilava (Schiller, 2002, p. 31, 36).

No entanto, o Iluminismo e a revolução francesa trouxeram, tão forte quanto a esperança de mudança política e social, a desilusão dos teóricos da época, inclusive Schiller, o que o faz expor nas cartas sobre a educação estética do homem a calamidade causada pela devastação humana que estava diante de seus olhos, fazendo-nos perceber o quão estava desolado e insatisfeito com a proporção negativa da Aufklärung.

Ele não se satisfaz, entretanto, com exigi-los; aqui e acolá ergue-se para tomar pela violência aquilo que, segundo sua opinião, lhe é negado injustamente. [...] o homem retrata-se em seus atos, e que figura é esta que se espalha no drama de nossos dias! Aqui, selvageria, mais além, lassidão: os dois extremos da decadência humana, e os dois unidos em um espaço de tempo! Nas classes mais baixas e numerosas são-nos expostos impulsos grosseiros e sem lei, que pela dissolução do vínculo da ordem civil se libertam e buscam com furor indomável sua satisfação animal. [...] do outro lado, as classes civilizadas dão-nos a visão ainda mais repugnante da languidez e de uma depravação do caráter, tanto mais revoltante porque sua fonte é a própria cultura (Schiller, 2002, p. 31-32).

Desse modo, apresenta-se, nas cartas sobre a educação estética do homem, um Schiller animado, esperançoso com o advento dos ideais iluministas explicitados pela máxima liberdade, igualdade e fraternidade, lema da Revolução Francesa. No entanto, em seguida, percebe-se um Schiller desiludido com os encaminhamentos e práticas que o movimento adotou, descambando numa desordem política e social, acarretada de violência. Segundo o autor,

O egoísmo fundou o seu sistema em pleno seio da sociabilidade mais refinada, e experimentou todas as infecções e todos os tormentos da sociedade, sem que daí surja um coração sociável. [...] como numa cidade em chamas, cada qual procura subtrair à devastação apenas a sua miserável propriedade (Schiller, 2002, p. 32).

Portanto, Schiller, desmotivado com os encaminhamentos políticos, não vê a política como meio de resolução das problemáticas político-sociais de sua época, uma vez que ela, inclusive corrupta (Schiller, 2002), tem parte na situação de selvageria em que se encontra a Europa e, sobretudo, a França. O autor toma, portanto, o seu programa estético como caminho para tal resolução. Mas como Schiller utiliza a estética para tentar resolver

teoricamente os problemas políticos de sua época? Esta é uma das questões que serão discutidas ao longo do texto e que tentaremos responder.

É com essa abertura contextual e a partir do conceito de Fusão de Horizontes, de Gadamer, que será empreendido o caminho para demonstrar que as cartas schillerianas sobre a educação estética do homem, a partir da Estética, buscam soluções para os problemas político-sociais daquele conturbado momento histórico da Europa, e que, portanto, constituem-se também, como um manifesto político.

## **SOBRE FUSÃO DE HORIZONTES**

Como vamos tratar, neste tópico, do conceito de Fusão de Horizontes de Gadamer, para posterior exercício hermenêutico nas cartas schillerianas, com a hipótese de que essas são um manifesto político, se faz necessário buscarmos minimamente uma compreensão da hermenêutica gadameriana. Para tal, recorreu-se principalmente à sua obra *Verdade e Método*.

Para Gadamer (1997), a compreensão e a maneira correta de se interpretar não é apenas um método, pois sempre houve, segundo o autor, uma hermenêutica teológica e outra jurídica, que não tinham uma natureza preponderantemente científica e teórica, mas fortemente marcadas pelo caráter prático a serviço do clérigo ou juiz. Desse modo, a hermenêutica, desde sua origem histórica, esteve sempre rompendo os limites metodológicos impostos pela ciência moderna, pois, originalmente, o fenômeno hermenêutico não diz respeito a métodos, uma vez que compreender e interpretar textos diz respeito à experiência do homem no mundo como um todo e não somente um esforço científico.

Para Gadamer, ainda que trate também do conhecimento e da verdade, a preocupação primária do fenômeno hermenêutico não é a busca e organização metodológica de um conhecimento seguro, pois “ao se compreender a tradição não se compreende apenas textos, mas também se adquirem juízos e reconhecem verdades” (Gadamer, 1997, p. 31). Mas, em se tratando da compreensão de textos, quem enveredar por tal tarefa, precisa estar firmado em um projeto prévio, segundo suas expectativas e hipóteses, que precisam, entretanto, passar constantemente por revisões ao passo que se aprofunda no sentido ou nos sentidos que se pretende desvelar.

Quem quiser compreender um texto realiza sempre um projetar. Tão logo apareça um primeiro sentido no texto, o interprete prelineia um sentido do todo. Naturalmente que o sentido somente se manifesta porque quem lê o texto lê a partir de determinadas expectativas e na perspectiva de um sentido determinado. A compreensão do que está posto no texto consiste na elaboração desse projeto prévio, que, obviamente, tem que ir sendo constantemente revisado com base no que se dá conforme se avança na penetração do sentido (Gadamer, 1997, p. 402).

Isso porque, todos nós que compreendemos sempre compreendemos a partir de opiniões pré-concebidas. Nesse sentido, a tarefa da compreensão implica a concepção e a lida com projetos prévios. Dessa maneira, para que seja possível a compreensão, as ideias prévias iniciais não podem ser arbitrárias. Assim, “faz sentido que o intérprete não se dirija aos textos diretamente, a partir da opinião prévia que lhe subjaz, mas que examine tais opiniões quanto à sua legitimação, isto é, quanto à sua origem e validade” (Gadamer, 1997, p. 403), isto é, deve-se examinar se as opiniões prévias se fundamentam dentro do texto.

No processo de compreensão se torna essencial o conceito de horizonte, uma vez que amplia a visão de quem busca compreender, possibilitando uma abertura hermenêutica para além do que está posto como única interpretação possível. Pois, “nem mesmo existe um horizonte por si mesmo, assim como não existem horizontes históricos a serem ganhos [...] compreender é sempre o processo de fusão desses horizontes presumivelmente dados por si mesmos (Gadamer, 1997, p. 457).

Gadamer utilizou o conceito de fusão de horizontes para caracterizar “[...] o nexo de compreensão e efectuação que caracteriza o procedimento hermenêutico” (Silva, 2010, p. 16). Nesse sentido, “a fusão se dá constantemente na vigência da tradição, pois nela o velho e novo crescem sempre juntos para uma validade vital, sem que um e outro cheguem a se destacar explicitamente por si mesmos” (Gadamer, 1997, p. 457). Desse modo, quem deseja compreender um texto ou documento do passado precisa partir do efeito histórico que esse exerce sobre sua situação temporal.

A compreensão é, de modo geral, um caso de fusão de “horizontes”, e, no caso da compreensão do passado, uma “mediação pensante” (thoughtful mediation) do passado e presente (WM 161, TM 169). Assim, na medida em que nós compreendemos o sentido de um texto literário ou obra de arte, o que fazemos não é reconstruir a intenção original do autor mas compreendê-lo de tal modo que sua verdade se manifesta a nós. Porque de nossa situação histórica única, este necessariamente envolve uma compreensão sempre diferenciada, e sempre diferentemente do modo como a obra foi originalmente pretendida (Weberman, 1999).

A fusão de horizontes é ainda “a mobilidade histórica da existência humana” e consiste em não haver um laço definido e horizonte fechado, ou seja, está sempre em movimento, aberta a todas as possibilidades possíveis de interpretação fazendo o passado parte do horizonte em que o ser humano vive. Posto que compreender é a realização da fusão do horizonte do intérprete com o horizonte do texto a ser compreendido (Gadamer, 2002).

Para Silva (2010, p. 17), a compreensão de textos e fragmentos do passado se dá a partir das questões que suscitam no presente. Esse é “[...] um processo de contínua fusão ou alargamento de horizontes, pelo qual todo o intérprete participa com outros no longo e árduo caminho do sentido”. Outro ponto crucial para a interpretação e compreensão é a linguagem, pois os horizontes “[...] são perspectivas distintas de abertura ao compreender dos quais a linguagem – solo comum de encontro entre a herança da tradição e o horizonte do intérprete – é fundação e tradução de cada ‘situar-se’ num novo horizonte” (Batista, 2015, p. 100). Nesse sentido, o horizonte é,

[...] antes, algo no qual trilhamos nosso caminho e que conosco faz o caminho. Os horizontes se deslocam ao passo de quem se move. Também o horizonte do passado, do qual vive toda a vida humana e que se apresenta sob a forma da tradição, já está sempre em movimento. Não foi a consciência histórica que colocou inicialmente em movimento o horizonte que tudo engloba. Nela esse movimento não faz mais que tomar consciência de si mesmo (Gadamer, 1997, p. 455).

Entretanto, essa abordagem da linguagem para a compreensão não deve ser através de uma série de impressões vindas das coisas, ela deve ser através da percepção do concreto mediante expressões relevantes. A compreensão não é somente uma atualização de conteúdos mortos, colocados em obras escritas.

É preciso entender a fusão como uma integração fundamental entre os horizontes, na qual toda compreensão hermenêutica se desenvolve em relação ‘às coisas mesmas’, pela participação na linguagem. No entanto, no processo de fusão de horizontes há ainda uma relação reflexiva fundamental entre sujeito e objeto, que se encontram de modo contínuo e renovado a cada vez que a compreensão acontece e que, consequentemente, evidencia o caráter dialógico deste mesmo evento compreensivo. Pode-se também descrever a compreensão como fusão de horizontes também porque esta mesma pode ser entendida como um pressuposto efetivo da participação lingüística na vida comunitária. No cerne da compreensão, enquanto fusão de horizontes, encontra-se uma tensão recíproca, que permite a consideração da compreensão como o traço mais original da experiência da verdade (Batista, 2015, p. 100).

Desse modo, toda a interpretação tem a necessidade de se submeter à abertura de outros horizontes possíveis, pois alcançar um horizonte estende nossa visão para um



aprendizado além do que nos é imediato, sem o deixar de lado, porém vendo-o de outra maneira.

Em suma, o leitor precisa entender que novas gerações terão uma compreensão diferente do que se lê no mesmo texto e que se teve um outro entendimento em leituras passadas. Isso porque, o campo hermenêutico não tem homogeneidade de compreensão e nem é previamente regulado. Ao contrário, é permeado por diversas interpretações. Portanto, interpretações finitas, se não se abrir a outras interpretações, não tem mais sentido. Pois, uma interpretação fechada, como um saber absoluto, pronto e acabado, fecha os horizontes de abordagens, não possibilitando aberturas para diversas interpretações possíveis de textos, sobretudo, do passado.

O projeto de um horizonte histórico é, portanto, só uma fase ou um momento na realização da compreensão, e não se prende na auto-alienação de uma consciência passada, mas se recupera no próprio horizonte compreensivo do presente. Na realização da compreensão tem lugar uma verdadeira fusão horízônica [...] (Gadamer, 1997, p. 458).

Essa breve discussão acerca da fusão de horizontes foi feita para situar o leitor da perspectiva interpretativa que se seguirá no trabalho para se chegar ao entendimento de que as cartas schillerianas são também um manifesto político, qual seja, uma abordagem contextualizada histórica e linguisticamente, com diversas possibilidades interpretativas. Para algumas interpretações, as cartas sobre a educação estética do homem são um ensaio sobre a estética. Para a interpretação que resulta nesse texto, entende-se, a partir do contexto histórico, social, linguístico, político, cultural, que as cartas configuram, também, como um manifesto político.

## RESOLUÇÃO DOS PROBLEMAS POLÍTICOS PELA ESTÉTICA

Antes de discutirmos sobre como seria, na visão de Schiller, a resolução dos problemas políticos pela estética, se faz necessário identificar o que ele entende por estético e por educação estética.

O termo estético para Schiller pode ser definido como tudo que é específico da dominação sensível, que se coloque enquanto fenômeno, seja artístico, seja natural. Desse modo, o estético tem a ver com a harmonia da natureza humana (Ferreira, 2010).

Assim, o estético “[...] pode referir-se ao todo de nossas diversas faculdades sem ser objeto determinado para nenhuma isolada dentre elas: esta é sua índole estética” (Schiller, 2002, p. 103).

Já sobre a educação estética, Schiller na vigésima carta sobre a educação estética do homem, e em nota aponta que:

Existe, assim, uma educação para a saúde, uma educação do pensamento, uma educação para a moralidade, uma educação para o gosto e a beleza. Esta tem por fim desenvolver em máxima harmonia ao todo de nossas faculdades sensíveis e espirituais. Para contrariar a corriqueira sedução de um falso gosto, fortalecido também por falsos raciocínios segundo os quais o conceito do estético comporta o do arbítrio, observo ainda uma vez (embora estas cartas sobre a educação estética de nada mais se ocupem além da refutação deste erro) que a mente no estado estético, embora livre, e livre no mais alto grau, de qualquer coerção de modo algum age livre de leis (Schiller, 2002, p. 103).

Ora, se a educação estética diz respeito ao todo de nossas faculdades, ao mesmo tempo em que Schiller está tratando do belo, do gosto, da natureza do homem, sobretudo por essa última, ele pode também tratar de política, uma vez que essa faz parte intrinsecamente da natureza humana.

Schiller, nesse sentido, aponta outro caminho que não seja o da revolução, para a resolução dos problemas políticos e sociais presentes em sua época. Esse caminho é o da educação estética para uma transformação quase total da sociedade por meio da arte, pois, para o autor, é fato que:

A humanidade perdeu sua dignidade, mas a arte a salvou e conservou em pedras insígnies; a verdade subsiste na ilusão, da cópia será refeita a imagem original. Do mesmo modo que sobreviveu à natureza nobre, a arte nobre também marcha à frente desta no entusiasmo, cultivando e estimulando. Mesmo antes de a verdade lançar sua luz vitoriosa nas profundezas dos corações, a força poética já apreende seus raios, e os cumes da humanidade brilharão, enquanto a noite úmida ainda pairar sobre os vales (Schiller, 2002, p. 51).

A arte tem o poder de conectar o homem e a humanidade, traz em si a beleza, resgata a unidade perdida da vida, possibilita um futuro com uma sociedade composta de indivíduos formados em sua totalidade e não de forma fragmentada. O artista, por sua vez, precisa se preservar das corrupções de seu tempo (Sousa, 2018).

A arte seria, nesse sentido, o melhor caminho para uma formação plena do homem, pois possibilita uma certa totalidade, “[...] um momento em que razão e sensibilidade emudecem seus conflitos e na harmonia desse acordo o ser humano encontra sua liberdade – sua verdade e justiça, sua forma viva, sua beleza” (Sousa, 2018).



Para Schiller, a Estética seria capaz de ajudar os seres humanos a resolverem seus problemas e questões políticas, essa resolução se daria através de uma educação estética. Para tal, seria necessária uma renovação no Estado, que levasse todos a participarem do processo político, uma vez que esse tem impacto na vida de todos. Desse modo, essa renovação precisaria ser através da arte. O Estado precisaria ser repensado racionalmente no sentido de substituir o natural pelo ético/político. Isto porque:

[...] Existe uma disposição do homem para animalidade, humanidade e personalidade (moral), a razão obriga a sair do estado inicial, de natureza de animalidade, e eleva o homem renegando seu estado natural, de sensibilidade. Porém, para Schiller, a razão deve elevar o homem sem arrancá-lo de sua base inicial, ou seja, elevar o homem da animalidade sem negá-la como base, compreender que não é possível ser só razão, mas também tem sensibilidade. Schiller então faz um comparativo entre o Estado Natural e o Estado ético: o Estado Natural é o estado do homem físico que lida com as forças; o Estado Ético é o estado do homem moral, homem ético que lida com leis. Podemos afirmar então que a natureza é como uma escada para se chegar à liberdade, da sensibilidade passamos a razão, para harmonia entre sensibilidade e razão, chegamos à liberdade (Senna, 2017, p. 168).

Entretanto, isso não significa negar a natureza inicial do homem com seus prazeres, como, por exemplo, comer, beber, fazer sexo; ou seja, o homem precisa manter, porém, controlar seus impulsos, pois não se pode viver somente pela razão. Portanto, para Schiller (2002), uma revolução que não é fincada na estética é instável e sem sustentabilidade. Assim, não basta preparar o estado para uma mudança, mas preparar o interior do homem através de uma educação estética, para uma transformação externa e coletiva. Desse modo, o Estado precisa “[...] fazer convergir a humanidade subjetiva e objetiva, deve permitir que pessoas diferentes estejam na unidade da liberdade [...]” (Senna, 2017, p.168), ou seja, “[...] encontrar totalidade de caráter no povo, caso este deva ser capaz e digno de trocar o Estado da privação pelo Estado da liberdade” (Schiller, 2002, p. 30).

Desse modo, percebe-se, através das palavras de Schiller, que não havia condições subjetivas necessárias para uma mudança no Estado, pois “a degeneração da Revolução em terror não só atestaria o relativo fracasso da Aufklärung como daria a verdadeira dimensão da tarefa histórica a ser enfrentada: a formação do homem para a liberdade” (Barbosa, 2004, p. 23).

Essas condições subjetivas eram ausentes pela falta de caráter e, consequentemente, corrupção, mesmo motivo que resultou no “fracasso da Revolução Francesa”. Assim, para Schiller (2002), o Estado de seu tempo originou o mal, e não poderia, portanto, fundar uma humanidade necessária para a resolução dos problemas políticos e sociais, sendo necessário,

“mudar o interior do indivíduo, através da educação do coração – educação estética –, permitindo ao homem deixar a espontaneidade e a sensibilidade aflorar, e posteriormente reformular o Estado [...]” (Senna, 2017, p. 173-174).

Pois, para Schiller (2002), a arte é isenta da corrupção e, junto com a filosofia, não pode ser dominada pelo arbítrio humano. Assim, o caminho de Schiller para a resolução dos problemas políticos e sociais de seu tempo é “o caminho da educação estética: a arte capaz de figurar a beleza ideal, o elo perfeito entre a verdade e o bem, como o meio de resolver a corrupção política e de alcançar os ideais de liberdade” (Nunes, 2013, p. 18).

## AS CARTAS SCHILLERIANAS COMO UM MANIFESTO POLÍTICO

Um primeiro ponto a se observar é que as cartas de Schiller são endereçadas ao príncipe dinamarquês Friedrich Christian Von Augustenburg. Ainda que como forma de agradecimento pela pensão recebida de 1791 a 1793 (Suzuki, 2002), seu conteúdo deixa a entender, até mesmo pela sua extensão e descrição sobre o estado sociopolítico da época, bem como, apontamentos para possíveis soluções, através da estética, que não é somente pela gratidão, mas também pela posição sociopolítica que o príncipe ocupava.

Na perspectiva de uma compreensão do contexto histórico-social em que o texto se localiza, exigida pela hermenêutica para se compreender o caráter político das cartas, se faz necessário entender que Schiller está imerso nas questões impostas pelo seu tempo. Nesse sentido, vale ressaltar que as cartas de Schiller não são endereçadas a um especialista em estética e na discussão do belo, mas sim a um homem de Estado. Percebe-se, ao que se segue nas cartas a Augustenburg, questões profundamente ligadas à Revolução Francesa, como, por exemplo, a violência resultante desse conturbado momento histórico da França (Baroni; Venci, 2020).

Logo no início da segunda carta sobre a educação estética do homem, Schiller deixa bem claro a relação entre a arte (estética) e sua posição frente aos acontecimentos sociopolíticos de seu tempo, ao afirmar que a construção de “uma verdadeira liberdade política” é a maior de todas as obras de arte. Assim, Schiller deixa claro que fala do seu tempo, e que, portanto, não pode se furtar de falar das necessidades que envolvem aquele período histórico (Schiller, 2002).

Desse modo, o empreendimento político de Schiller em A educação estética do homem, é resolver os problemas políticos de seu tempo, o que será possível, segundo o autor, somente pela estética. Barbosa (2004, p. 19) confirma isso ao afirmar que a “[...] chave para a solução das questões do ‘mundo político’ teria de ser forjado precisamente no ‘mundo estético’”. Isso porque a situação sociopolítica daquele período da Europa, sobretudo da França, que se encontrava em um caos social, configurava-se e resultava-se da falta de liberdade política na qual a França se encontrava.

Nesse sentido, Suzuki (1995) concorda que o caminho a ser seguido para que se alcance o objetivo empreendido por Schiller, a saber de resolução dos problemas políticos de sua época seria a beleza, com a educação estética da humanidade, pois esta formaria o homem que, pleno e educado pela beleza, exerceria a plena liberdade. Somente nessa relação que envolve a estética, a ética e a política, os conflitos causados pelos impulsos naturais poderiam encontrar harmonia (Ferreira, 2010). Essa harmonia acontece pelo jogo entre os impulsos formal e sensível, mediados pelo impulso lúdico, “pois, para dizer tudo de vez, o homem joga somente quando é homem no pleno sentido da palavra, e somente é homem pleno quando joga” (Schiller, 2002, p. 80).

Portanto, para o autor, a resolução de significativa parcela dos problemas só viria através da liberdade política, e a estética conduz a essa liberdade do ser humano individual, o que seria necessário para uma liberdade política, pois “[...] a arte é filha da liberdade e quer ser legislada pela necessidade do espírito, não pela privação da matéria [...] para resolver na experiência o problema político é necessário caminhar através do estético, pois é pela beleza que se vai à liberdade” (Schiller, 2002, p. 21-22).

Quando Schiller escreve as cartas sobre a educação estética do homem, a população vivia presa por dogmas religiosos e pelo sistema político opressor. Nesse sentido, na segunda carta, Schiller deixa claro que está falando do seu tempo que, para ele, precisava ser libertado. A prisão em que vivem é sociopolítica, econômica e religiosa, porém, a liberdade, como já falado, só é possível pela arte/estética. Desse modo, a educação schilleriana, tem foco na moral, na política e na preparação de um ser humano como cidadão exemplar, capaz de interferir honestamente no Estado.

Nas Cartas a Augustenburg, Schiller apresenta uma síntese de suas ideias centrais que viria a apresentar posteriormente como seu programa estético. Além disso, Schiller justifica seu caminho pela educação estética, o que nos faz perceber, a partir de seu ideal de liberdade política como o mais precioso dos bens, sua preocupação com o estado político de sua época e que seu empreendimento é também político.

A liberdade política e social é e será sempre o mais sagrado dos bens, o mais digno objectivo de todos os esforços e a ideia essencial de toda a civilização. Mas este grandioso edifício só poderá ser construído sobre o terreno firme de carácter enobrecido, e será precioso começar por criar cidadãos para uma constituição, antes de poder dar a esses cidadãos uma constituição (Schiller, 1793, p. 166).

Nesse sentido, as belas artes, através da reformulação dos costumes e das vontades, salvariam a política e a liberdade.

Nas Cartas a Augustenburg, especificamente na de 21 de janeiro de 1793, Schiller afirma que a política dos últimos decênios do século XVIII é a preocupação dos filósofos daquele momento e que ele não poderia se refutar desse assunto, e que esse seria o objeto de sua escrita, deixando claro mais uma vez que seu empreendimento seria também político. Ou nas palavras do filósofo:

Mas agora é principalmente a criação política que ocupa todos os espíritos. Os acontecimentos nesses últimos decênios do século XVIII são não menos desafiadores e importantes para os filósofos que para o homem do mundo ativo, e Vossa Majestade poderia esperar, com redobrada razão, que eu tomasse essa matéria digna de atenção como objeto deste entretenimento escrito, a mim concedido com tanta generosidade e benevolência. (Schiller, 2004, p. 31).

Percebe-se que a política em Schiller tem estreita relação com seu programa estético, pois a estética é pressuposto para uma renovação política, uma vez que para Schiller, é pela educação estética que se dará a resolução dos problemas políticos de sua época

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do percurso desenvolvido ao longo deste trabalho, tornou-se possível sustentar a hipótese de que A Educação Estética do Homem, de Friedrich Schiller, ultrapassa os limites de um tratado estritamente estético, configurando-se também como um manifesto político. A contextualização histórica do século XVIII, marcada pelo entusiasmo inicial e pela posterior desilusão com os ideais iluministas e com os desdobramentos da Revolução Francesa, mostrou-se decisiva para compreender as inquietações do autor diante da fragmentação do homem, da violência e da crise moral e política de seu tempo. Nesse contexto, Schiller identifica os limites e, para ele, o fracasso de uma revolução fundada exclusivamente na razão técnico-instrumental, propondo, como alternativa, a formação integral do homem por meio da educação estética.

Nesse sentido, o exercício hermenêutico orientado pelo conceito de Fusão de Horizontes, de Hans-Georg Gadamer, possibilitou uma leitura histórica, contextualizada e aberta da obra schilleriana. Tal abordagem evidenciou que os sentidos do texto não se esgotam em sua dimensão estética imediata nem se restringem à intenção original do autor, mas emergem do encontro entre o horizonte histórico de Schiller, atravessado pelas contradições do Iluminismo e pela experiência traumática da Revolução Francesa, e o horizonte do intérprete. A partir dessa fusão, tornou-se claro que os conceitos de beleza, arte e educação estética são mobilizados como respostas a problemas políticos concretos, sobretudo à fragmentação da condição humana e à incapacidade das estruturas políticas de promover uma liberdade efetiva e duradoura.

Ao afastar uma leitura puramente estética da obra, a hermenêutica gadameriana permitiu evidenciar que, em Schiller, a estética assume um papel mediador entre sensibilidade e razão, indivíduo e coletividade, ética e política. A educação estética aparece, assim, como condição de possibilidade da liberdade política, na medida em que apenas a formação integral do homem poderia criar as bases subjetivas necessárias para a constituição de um Estado verdadeiramente livre. Desse modo, o empreendimento estético schilleriano revela-se inseparável de um projeto político, ainda que não formulado nos moldes tradicionais da teoria política institucional.

A interpretação aqui desenvolvida demonstrou que o caráter político das cartas sobre a educação estética do homem não se manifesta como um programa revolucionário direto ou como uma normativa institucional, mas como uma crítica profunda às soluções políticas fundadas exclusivamente na razão abstrata e na coerção. Nesse contexto, a educação estética surge como alternativa à violência revolucionária e à corrupção moral, propondo uma transformação gradual e profunda do indivíduo como fundamento de qualquer transformação social legítima.

Assim, à luz do conceito de Fusão de Horizontes, pode-se afirmar que A Educação Estética do Homem constitui-se como um manifesto político em sentido profundo: uma proposta de reorganização da vida coletiva a partir da formação sensível, ética e racional do ser humano. Tal leitura não apenas amplia o alcance interpretativo da obra de Schiller, como também reafirma sua atualidade, ao evidenciar que os impasses entre política, moral e formação humana permanecem como desafios centrais das sociedades contemporâneas.

## REFERÊNCIAS

BARONI, Vivian; VENCI, Angelo Vitório. **Uma tarefa para mais de um século: Schiller e os potenciais formativos da Educação Estética.** Educação em Revista. Belo Horizonte. v.36. e20089, 2020.

BATISTA, Gustavo Silvano. Compreensão, Fusão de Horizontes e Filosofia Prática. **Pensando – Revista de Filosofia.** Vol. 6, Nº 12, 2015. ISSN 2178-843X.

BARBOSA, Ricardo. **Schiller e a cultura estética.** Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

BARBOSA, Ricardo. Fragmentos de um “ateliê filosófico”. In: SCHILLER, Friedrich. **Fragmentos das preleções: sobre Estética do semestre de inverno de 1792-93.** Trad. Ricardo Barbosa: Belo Horizonte, 2004.

FERREIRA, Guilherme Kaiala Goulart. Cartas schillerianas: a conciliação entre e dimensão estética e a política. **VI Seminário de Pós-Graduação em Filosofia da UFSCar.** 20 a 24 de setembro de 2010. ISSN 2177-0417.

GADAMER, Hans-Goeorg. **Verdade e Método.** Trad. Flávio Paulo Meurer. Petrópolis - RJ: Vozes, 1997.

GADAMER, Hans-Goeorg. **Verdade e Método II: complementos e índice.** Trad. Ênio Paulo Giachini. Rev. Márcia Sá Cavalcante-Schuback. Petrópolis - RJ: Vozes, 2002.

NUNES, Ana. **A Educação Estética de Schiller na Contemporaneidade: o uso da Arte para uma Educação Moral.** Dissertação (Mestrado de Filosofia) – Faculdade de Letras de Lisboa, 2013.

SCHILLER, Friedrich. **A educação estética do homem.** Trad. Roberto Schwarz e Márcio Suzuki. 4. ed. São Paulo/SP: Editora Iluminuras LTDA, 2002.

SCHILLER, Friedrich. **Cultura estética e liberdade.** Organização e tradução de Ricardo Barbosa. São Paulo: Hedra, 2009.

SCHILLER, Friedrich. O século das luzes e a revolução – Carta ao Duque Friedrich Christian de Augustenberg (1793). In: **Literatura Alemã, Textos e Contextos** – Volume I (1700-1900). Seleção, tradução, introdução e notas de João Barrento. Editorial Presença, 1989.

SCHILLER, Friedrich. **Fragmento das Preleções sobre Estética do Semestre de Inverno de 1792-93.** Trad. Ricardo Barbosa. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

SENNA, Sabrina Paradizzo. Schiller: a relação entre arte e Estado nas cartas de educação estética. **Aurora: revista de arte, mídia e política.** São Paulo, v.10, n.28, p. 163-176, fev./mai., 2017.



SILVA, Maria Luísa Portocarrero. **Conceitos Fundamentais de Hermenêutica Filosófica**. Coimbra, 2010.

SOUSA, Selmy Menezes de. Cultura Estética em Friedrich Schiller. **Kínesis**. Vol. X, n° 25, dezembro 2018, p.25-39.

SUZUKI, Márcio. O belo como imperativo. In: SCHILLER, Friedrich. **A educação estética do homem**. Trad. Roberto Schwarz e Márcio Suzuki. 4ª. ed. Editora Iluminuras LTDA: São Paulo/SP, 2002.

WEBERMAN, David. Reconciling Gadamer's non-intentionalism with Standard conversational goals. In: **The Philosophical Forum**. v. XXX, n.4, p. 317, dez/1999, tradução minha.